



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo N.º 09/2023
Pregão Presencial n.º 05/2023

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria para recuperação de crédito - ISSQN.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de assessoria e consultoria para recuperação de crédito referente ao tributo ISSQN.

A licitação foi instaurada para atender solicitação do Secretário Municipal de Fazenda. O Prefeito autorizou a abertura do processo de licitação. A Comissão de Licitação está regularizada. O setor de contabilidade forneceu atestado de existência de dotação orçamentária. Estão anexados os três orçamentos fornecidos por empresas do ramo. Estão anexadas as minutas do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

O setor de licitação solicitou emissão de parecer, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes da Lei nº 8666/93.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Nilton Roberto Carrocini, solicitou a contratação de empresa especializada na recuperação de créditos de ISSQN provenientes de compensação financeira.

Justifica que o município possui créditos proveniente de compensação financeira a serem recuperados e que os recursos recuperados possibilitarão o desenvolvimento socio econômico do município.

A escolha pela contratação de assessoria técnica especializada deve-se ao fato de que o objeto é específico e de natureza sazonal, tendo em vista que após realizado, a demanda cessará. Não informou o motivo de contratação de empresa de assessoria jurídica em detrimento do serviço de advocacia pública municipal.

Está anexada a comprovação da atuação no escritório de advocacia na recuperação de créditos tributários.

O procedimento foi instaurado com autorização do prefeito Martins Dias de Oliveira.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço por item.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a eventual futura contratação de consultoria e assessoria técnica para recuperação de créditos de ISSQN.

O objeto da licitação é a contratação de consultoria e auditoria tributária/fiscal para, em apoio a administração, executar os serviços técnicos para a cobrança e a recuperação do ISSQN incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 05 (cinco) anos, e ainda a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamentos da arrecadação municipal (impostos, taxa, etc). O Termo de Referência detalha o objeto que está sendo contratado.

Cediço que a definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, que dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara. No caso em tela, o Edital descreve adequadamente o objeto da licitação.



A minuta do Edital e Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços e o Contrato atendem aos requisitos legais.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.

S. M. J.

Porto Esperidião, 22 de março de 2023.

José de Barros Neto
Portaria 58/2012

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B